



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - NUMIG/DPF/PAC/RR

Decisão nº 19336657/2021-UMIG/NPA/DPF/PAC/RR

Processo: 08115.003172/2019-78

Assunto: **DECISÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO**

Auto de Infração e Notificação nº.: **1223_00513_2019**

Data da infração: **05/02/2019**

DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE MULTA

LUIS MIGUEL MORA CABRERA, estrangeiro de nacionalidade venezuelana, foi autuado por infração ao **art. 109, VII da Lei 13.445/2017, furtar-se ao controle migratório**. Insurge-se na via recursal contra a referida autuação administrativa.

1. Preliminar

Protocolizado em **07 de fevereiro de 2019**, nesta descentralizada, o recurso administrativo encontra-se tempestivo em estrito cumprimento aos preceitos do Art. 309 § 4º do Dec. nº 9.199, de novembro de 2017, qual seja, 10(dez) dias, a contar da data de lavratura do auto de infração e notificação.

Além disso, observa-se, inicialmente, a legitimidade da recorrente, uma vez que o recurso foi levado a efeito pela própria autuada, em consonância com os termos do Art. 309, §6, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

2. Síntese

Para fins de comprovar suas alegações, juntou cópia do auto de infração e notificação e defesa administrativa.

Pleiteia a anulação da multa constante do auto de infração em tela. Alega o recorrente em sua defesa administrativa ter incorrido em erro no momento de seu ingresso no Brasil. Aduz que não entendeu as orientações emanadas pela Polícia Federal no momento em que ingressou no país e que almejava obter refúgio ou autorização de residência.

Outrossim, determinadas as pesquisas e demais verificações de praxe.

3. Fundamentos

Primeiro, observa-se que o estrangeiro não trouxe nenhuma justificativa idônea para ter se furtado ao controle migratório, de modo que se justifica a incidência da multa.

No entanto, diante das alegações trazidas em sede recursal, segundo as quais o interessado teria ido trabalhar no interior do estado de Roraima, numa fazenda, em razão da crise vivida na Venezuela, verifico a condição de hipossuficiência do Recorrente.

O artigo 308 do decreto 9199/2017, no que se refere à condição de hipossuficiência do migrante ou do visitante, destaca:

Art. 308. As penalidades aplicadas serão objeto de pedido de reconsideração e de recurso, nos termos deste regulamento e de ato do dirigente máximo da Polícia Federal.

Parágrafo único. Serão respeitados o contraditório, a ampla defesa e a garantia de recurso, assim como a situação de hipossuficiência do migrante ou do visitante. (grifei)

Ademais, para fins de análise da referida tese jurídica; deve-se considerar o que prevê artigo 312 do decreto 9199/2017, mormente no que se tange à condição de hipossuficiência do migrante ou do visitante:

Art. 312. Taxas e emolumentos consulares não serão cobrados pela concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e aos indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.

§ 7º A avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas e para pedido de obtenção de documentos de regularização migratória será disciplinada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 8º O disposto no caput também se aplica às multas previstas no Capítulo XV. (grifei)

Nessa linha de pensar, destaque-se ainda o teor da portaria 218 de 27 de fevereiro de 2018 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que estabelece em seu artigo 3º:

Art. 3º A condição de hipossuficiência econômica será declarada pelo solicitante, ou por seu representante legal, de acordo com o que estabelece o art. 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e conforme modelos previstos nos Anexos I e II.

Quanto a essa declaração, convém trazer a baila o previsto na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Destaque-se ainda que o Brasil reiteradamente tem manifestado postura de acolhimento e de política humanitária no trato da questão de imigração venezuelana. Nesse sentido, não se olvide o teor do decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, que reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela:

Art. 1º Fica reconhecida a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório para o Estado de Roraima, provocado pela crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

Dessa forma, o ato administrativo ora atacado pela presente via recursal não merece prosperar, pois que destoia do quadro fático delineado, na medida em que não se presta ao fim que se destina, mormente pela condição de vulnerabilidade econômico-social que se encontra a recorrente.

No caso em comento, em que pese não se vislumbre vício formal ou material apto a macular o ato administrativo; forçoso reconhecer da declaração de hipossuficiência econômica alegada pela recorrente para julgar procedente o pedido apresentado em sede de recurso e julgar insubsistente o auto de infração.

4. Conclusão

Ante o exposto, verifico fundamento capaz de anular o Auto de Infração e afastar a multa aplicada, **DEFIRO O PEDIDO FORMULADO** e **JULGO INSUBSISTENTE** o auto de infração nº 1223_00513_2019 da DPF/PAC/RR.

DETERMINO ainda que se promovam as devidas movimentações e anotações, inclusive os trâmites para publicação da presente decisão.

Dê se a publicidade preconizada em lei e instrução normativa institucional.

LUÍS HENRIQUE ALVES DA COSTA
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DPF/PAC/RR



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE ALVES DA COSTA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/06/2021, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19336657** e o código CRC **F4DDE6E2**.
